

Uma análise da década de 80

A década de 1980 trouxe à tona, com todo vigor, a discussão sobre os padrões e níveis de desenvolvimento social. Foi uma década marcada por uma expressiva concentração de renda, de um lado, e, de outro, por uma maior organização e participação da sociedade brasileira, o que levou as principais instituições produtoras de informações a ampliarem seus esforços para atender à intensa demanda por diagnósticos mais precisos da realidade socioeconômica do País. Um passo importante no sentido de consolidar um sistema de informações mais adequado para a descrição e a análise da realidade social brasileira foi o convênio de cooperação técnica firmado entre o IBGE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este convênio permitiu implantar no IBGE, com recursos do PNUD, o Sistema Automatizado de Indicadores Sociais, do qual a publicação Indicadores Sociais: Uma Análise da Década de 1980, é um dos produtos. (Pág. 3)

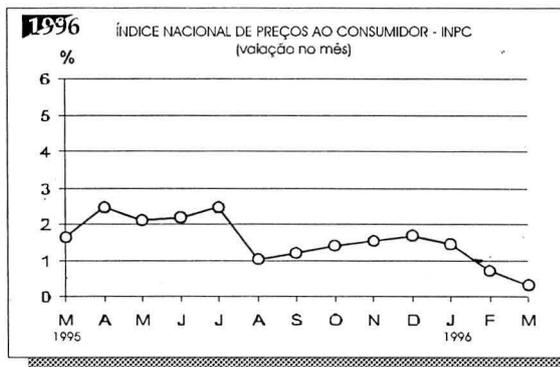
INPC e IPCA são os menores da série histórica

Os índices de inflação medidos pelo IBGE registraram, em março, a menor variação já verificada em ambiente de preços livres. O INPC, calculado com base no consumo médio de famílias com renda de um a oito salários mínimos, ficou em 0,29%.

Já o IPCA, cujo cálculo leva em conta o consumo de famílias com rendimento de um a 40 salários, apresentou taxa de 0,35%. Estes dois valores só não são menores do que os índices de março de 1986, início do Plano Cruzado, quando o congelamento de preços então vigente ocasionou uma variação de -1,31%, para o INPC, e de -0,11%, para o IPCA. Os resultados de março mantêm a tendência de queda da inflação, iniciada em janeiro. Os primeiros índices do ano foram de 1,46% (INPC) e de 1,34%

(IPCA), taxas que passaram, em fevereiro, para 0,71% e 1,03%. Em três meses, o acumulado foi menor para as famílias que têm rendimentos situados na faixa que vai de um a oito salários: 2,48%. No mesmo período, a inflação medida pelo IPCA ficou em 2,74%.

O grupo Habitação foi o que mais puxou para cima os dois índices. No entanto, desta vez, a variação foi muito pequena se comparada aos aumentos dos primeiros meses do Real: 2,10% para o INPC e 1,96% para o IPCA. O grupo que mais contribuiu para manter as taxas em níveis baixos foi Vestuário, que apresentou deflação tanto no INPC (-2,50%) quanto no IPCA (-2,35%). Em termos regionais, verificaram-se deflações em Fortaleza e Goiânia, no INPC, e em Salvador e Fortaleza, no IPCA. (Pág. 2)



Taxa de desemprego sobe em fevereiro

A taxa média de desemprego aberto de fevereiro (5,70%) suplantou tanto a do mês anterior (5,26%) quanto a do mesmo mês do ano passado (4,25%). De janeiro para fevereiro, a taxa cresceu mais em Recife (30,1%), caindo em Salvador (-2,1%) e no Rio de Janeiro (-4,9%). O Rio de Janeiro, aliás, foi a única região a apresentar declínio da taxa de desemprego (-4,3%), no confronto mensal (fevereiro deste ano contra fevereiro de 95). Nesta comparação, Porto Alegre (67,3%) e São Paulo (53,7%) ficaram com as elevações mais significativas. Mesmo abaixo da média obtida para o conjunto das seis principais regiões metropolitanas do País (34,1%), Belo Horizonte (26,1%), Salvador (17,4%) e Recife registraram altas notáveis.

Um balanço dos resultados dos últimos cinco meses mostra, na comparação anual, a continuidade do crescimento da taxa de desemprego aberto, destacando-se os setores da indústria de transformação e da construção civil. O número de pessoas ocupadas apresenta tendência de queda na indústria de transformação e crescimento nos demais setores, com exceção da construção civil. O número de empregados com carteira assinada tende a cair, enquanto o número de empregados sem carteira e de pessoas que trabalham por conta própria continua crescendo. Quanto ao rendimento, a tendência é de crescimento para todas as categorias de ocupação e para todos os setores de atividade. (Página 3)

Participe do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. De 27 a 31 de maio, no Rio de Janeiro. Incrições pelo telefone (021) 537.8633 fax: (021) 537.8631

Produção industrial caiu 0,5% em fevereiro

A produção industrial apresentou queda, em fevereiro, em todas as comparações: -0,5%, frente a janeiro, -6,4% em relação a fevereiro de 95, -7,5% no acumulado do primeiro bimestre e -1,9% no indicador dos últimos doze meses. A queda de 0,5%, de janeiro para fevereiro, não teve perfil generalizado, pois houve crescimento em doze dos vinte ramos industriais analisados. A principal pressão negativa veio da indústria alimentar (-6,0%). Dos gêneros que ampliaram o nível de produção, neste período, os destaques ficaram por conta da mecânica (4,4%), metalúrgica (2,1%), e têxtil (2,9%). Entre as categorias de uso, apenas a de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis teve desempenho negativo (-0,8%). Houve expansão em bens de capital (7,2%), bens intermediários (2,7%) e bens de consumo duráveis (1,0%). Na comparação do primeiro bimestre deste ano com o mesmo período de 95, o número de ramos industriais com resultados positivos cai bastante. São apenas seis, sobressaindo-se produtos alimentares (12,7%) e extrativa mineral (7,3%). As principais variações negativas ocorreram em mecânica (-31,6%), metalúrgica (-9,5%), têxtil (-22,5%) e química (-6,7%). A retração mais aguda foi para bens de capital (-27,8%), em função dos péssimos resultados em bens de capital para agricultura (-56,9%). Influenciada, basicamente, pelos índices negativos em metalúrgica e têxtil, a produção de bens intermediários caiu 6,2%. O quadro é diferente no que se refere a bens de consumo: os duráveis tiveram expansão de 2,7%, enquanto os semiduráveis e não-duráveis, com 0,1%, sustentaram o ritmo do início de 95, período caracterizado por forte aquecimento na atividade econômica.

Indústria fluminense cresceu 2,1%

Os índices regionais da indústria, em fevereiro, revelaram aumento de produção em apenas três dos dez locais pesquisados. Comparados aos resultados de fevereiro de 95, o maior índice regional foi para o Rio de Janeiro (2,1%), onde a atividade industrial ficou 8,5 pontos percentuais acima dos 6,4% negativos da média nacional. O ritmo da indústria fluminense foi sustentado pelo crescimento nas áreas de extração mineral (15,2%) e química (35,0%). Expansão menor ocorreu em Santa Catarina, que fechou o mês com volume de produção 1,5% maior. Com isso, a indústria catarinense volta a crescer, o que não acontecia desde julho de 95. Já a indústria mineira, com 1,0%, obteve resultado positivo pelo segundo mês consecutivo, ainda em relação a igual mês de 95. As principais contribuições positivas, em Minas Gerais, resultaram da ampliação na produção em papel e papelão (51,7%), couros e peles (50,1%) e perfumaria, sabões e velas (30,9%). O pior índice entre as áreas analisadas foi o de Pernambuco (-26,1%), onde a redução na atividade industrial só não atingiu os setores de couros e peles e matérias plásticas. A queda na produção pernambucana foi determinada, basicamente, pela indústria alimentar (-44,7%). No Rio Grande do Sul, veio da mecânica o principal impacto negativo na composição da taxa mensal. Seus 53,4% negativos tiveram forte influência para o resultado global de -13,8%. Em São Paulo, o recuo na produção da indústria está relacionado aos desempenhos desfavoráveis em segmentos de grande importância no Estado: metalúrgica (-14,1%), mecânica (-27,4%) e têxtil (-19,1%).

Goiânia registrou menor inflação do País

Entre as onze regiões pesquisadas, Goiânia foi a que apresentou a menor variação para o INPC (-0,20%) e os menores resultados para os grupos Habitação (0,79%) e Saúde e Cuidados Pessoais (-0,17%). Fortaleza, no entanto foi a única a apresentar deflação nos dois índices. Nesta região metropolitana, o INPC (-0,17%) registrou taxa ainda mais baixa do que o IPCA (-0,08%). Outra variação negativa foi a do IPCA de Salvador, que ficou em -0,05%.

No INPC, as taxas do grupo Vestuário, para o qual foram constatados os menores resultados, variaram entre -0,07%, em Curitiba, e -3,61%, em Salvador. Na análise por grupo e região, vale destacar as deflações também registradas, neste índice, em Alimentação e Bebidas, no Distrito Federal (-0,63%), Artigos de Residência, em Belém (-1,56%), e Despesas Pessoais, em Salvador (-0,98%).

No IPCA, o grupo Alimentação e Bebidas também apresentou variação negativa: -0,02%. Dos onze locais pesquisados, apenas quatro ficaram com resultados positivos, neste grupo de grande peso na composição do índice geral. A maior variação foi registrada em Salvador, com 0,30%, enquanto Goiânia fechou com queda de -0,32%.

INPC por região metropolitana (%)											
	RJ	POA	BH	REC	SP	DF	BEL	FOR	SAL	CUR	GOI
Jan -	2,38	0,53	1,63	1,83	1,64	0,62	0,91	1,05	1,24	1,47	0,78
Fev -	0,69	0,27	1,36	0,34	0,66	1,41	0,79	0,28	1,12	0,62	0,29
Mar -	0,23	0,51	0,68	0,06	0,41	0,13	0,22	-0,17	0,03	0,47	-0,20

Custo da construção subiu 0,49% em março

O custo médio nacional do metro quadrado na construção civil passou de R\$ 315,84, em fevereiro, para R\$ 317,38, em março. Deste total, R\$ 208,58 referem-se aos materiais e R\$ 108,80, à mão-de-obra. A alta de 0,49% em relação a fevereiro levou o acumulado no trimestre a 1,53%. Este resultado é menor do que a inflação acumulada pelo INPC (2,48%), no mesmo período. O Nordeste voltou a apresentar, pelo quarto mês consecutivo, a maior variação mensal (1,48%). O custo médio da região, no entanto, está entre os mais baixos (R\$ 298,94), perdendo apenas para o Centro-Oeste, que apesar de apresentar um custo médio de apenas R\$ 298,14%, ainda registrou variação negativa (-0,24%) em relação a fevereiro. Os demais custos de março foram R\$ 321,32, na região Sudeste; R\$ 331,09, no Sul, e R\$ 353,90, no Norte. No que toca aos materiais, a maior variação foi verificada na região Norte (1,05%) e a menor no Centro-Oeste (-0,30%). Já a mão-de-obra subiu mais no Nordeste (3,35%) e caiu mais no Sul (-0,64%). Por Unidade da Federação, os custos médios mais elevados foram registrados em Roraima (R\$ 487,70), Pará (R\$ 364,51), Amazonas (R\$ 357,52) Rio Grande do Sul (R\$ 350,33) e São Paulo (R\$ 346,64). Já os mais baixos encontram-se no Espírito Santo (R\$ 253,41), Minas Gerais (R\$ 268,28), Pernambuco (R\$ 271,90), Sergipe (R\$ 274,35) e Piauí (R\$ 276,57).

Indicadores sociais: Uma análise da década de 1980

O Relatório de Indicadores Sociais foi elaborado a partir de um conjunto de informações básicas sobre a sociedade brasileira, sistematizando e analisando informações disponíveis, de diversas fontes, partindo de dois eixos principais: pobreza e desigualdade, de um lado, e cidadania e participação, do outro.

Foram desenvolvidos estudos nas seguintes áreas: população, saúde e nutrição, família, trabalho e renda, mobilidade social, habitação e saneamento básico, educação e participação político-social. Para se ter uma idéia de sua importância, basta lembrar que alguns fenômenos incorporados às nossas estruturas sociais, como o declínio das taxas de crescimento demográfico associado à redução das taxas de fecundidade, tiveram no contexto de crise da década de 80 importantes fatores para sua definitiva consolidação.



A seguir, algumas das constatações que se encontram no Relatório:

De 1980 a 1990, a taxa bruta de fertilidade caiu de 4,35 para 3,64 crianças por mulher, e a expectativa de vida ao nascer aumentou de 60,1 para 65,6 anos. Neste contexto, são analisados a evolução da estrutura da mortalidade por causa de óbitos e a mortalidade por idade, associadas à transição demográfica, mostrando que o crescimento da expectativa de vida e a redução da fertilidade são conseqüência de níveis mais baixos de mortalidade por doenças infecciosas e, por outro lado, da elevação da mortalidade por doenças crônicas. A redução da desnutrição é comentada, algumas diferenças regionais ressaltadas, e os problemas relativos ao acesso aos serviços de saúde também são apontados.

Os resultados das pesquisas apontam

para uma situação preocupante em relação à saúde da mulher e da população. A queda da fecundidade conduz ao envelhecimento da população, o que exige a formulação de políticas específicas de atenção a adultos e idosos. As variáveis sobre morbidade, anticoncepção, perdas fetais e atendimento pré-natal evidenciam uma situação de carência no que diz respeito à saúde reprodutiva da mulher e da criança.

A crise que caracterizou a década passada acentuou tendências já observadas em décadas anteriores, como o fortalecimento dos processos de urbanização e da predominância do setor terciário na absorção da mão-de-obra. Como conseqüência, em 1990, 73,9% da população ativa estavam incorporados ao mercado urbano e mais da metade (55,2%) em atividades terciárias.

A consolidação do projeto Sistema Automatizado de Indicadores Sociais, do qual este Relatório faz parte, permitirá descrever melhor a sociedade brasileira, acompanhar suas transformações e oferecer explicações sobre as múltiplas relações presentes na realidade social do País.

Comércio varejista do Rio fatura menos

De janeiro para fevereiro, o faturamento do comércio varejista do Rio de Janeiro teve queda real de 6,2%. A queda atingiu também o nível de emprego (-0,2%) e a massa de salários pagos pelo setor (-4,1%). Comparadas aos resultados de fevereiro de 95, as variações continuam negativas para o faturamento (-10,8%) e o emprego (-7,0%), mas os salários aparecem com crescimento de 4,1%. O desempenho do setor se encontra em níveis bastante desfavoráveis, quando se considera o aumento das vendas reais. O único ramo cujo faturamento real aumentou foi o de móveis e eletrodomésticos (2,59%). Todas as atividades tiveram perdas no número de pessoas ocupadas, à exceção de móveis e eletrodomésticos (0,86%). As reduções chegaram à casa dos 14%, como ocorreu nas lojas de departamento. No tocante aos salários, os índices variaram dos 17,5%, em vestuário, calçados e tecidos, aos 35,8% negativos, registrados em móveis e eletrodomésticos. Além desta última atividade, os setores que mais reduziram suas despesas com salários foram lojas de departamento (-14,26%) e outros artigos de uso pessoal (-1,94%).

Rendimento médio real aumentou 12,3%

De janeiro de 95 para janeiro deste ano, o rendimento médio real das pessoas ocupadas cresceu em todas as regiões. O aumento mais expressivo ocorreu no Rio de Janeiro (22,4%), vindo em seguida Recife (14,1%), Belo Horizonte (13,4%), São Paulo (10,1%), Salvador (9,4%) e Porto Alegre (8,1%). Por setor de atividade, o aumento foi maior na construção civil (19,5%) e menor na indústria de transformação (10,2%). Os acréscimos foram de 15,9%, para o comércio, e de 11,6%, para os serviços. Os empregados sem carteira assinada obtiveram o aumento mais significativo: 13,7%. Superior, portanto, aos 12,5% dos empregados com carteira e aos 10,8% assinalados para os que trabalham por conta própria. De dezembro de 95 para janeiro deste ano, o rendimento médio real caiu 5,4%. O rendimento caiu mais na indústria de transformação (-10,2%) e teve recuo mais suave no comércio (-5,4%) e em serviços (-2,1%), chegando a crescer 1,1% na construção civil. O rendimento médio caiu 8,7%, para os empregados com carteira, 3,4% para os que não possuem carteira e 2,6%, para os que trabalham por conta própria.

A partir do próximo número, a periodicidade da Carta IBGE passará a ser mensal. Este é um dos primeiros resultados dos questionários que foram enviados com a Carta IBGE 19. Ao longo dos próximos meses, outras modificações serão implementadas, sempre com o objetivo de melhor atender os nossos usuários

